



Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

REQUERIMENTO

Requer a realização de audiência pública objetivo de debater as denúncias de exploração sexual e tráfico de crianças na Ilha do Marajó, no Estado do Pará.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 24, III, combinado com o artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada a realização de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, com o objetivo de debater as denúncias de exploração sexual e tráfico de crianças na Ilha do Marajó, no Estado do Pará.

A Ilha Marajó é constituída de dezesseis municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Para tanto, proponho a indicação, como convidados:

- Promotor de Justiça das 16 cidades que compõem a Ilha de Marajó;
- Conselheiros Tutelares das 16 cidades que compõem a Ilha de Marajó;
- Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará;
- Representante da Comissão Interinstitucional de Monitoramento do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado do Pará;
- Representante do Programa Cidadania Marajó, do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania;





Justificativa

A Ilha de Marajó está enfrentando um desafio doloroso e inaceitável: a exploração sexual de crianças e adolescentes. Diante dessa realidade alarmante, é imperativo convocar uma audiência pública para discutir esse tema crucial e buscar soluções efetivas. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma violação grave dos direitos humanos, afetando diretamente a dignidade e a integridade desses jovens.

A discussão pública sobre as denúncias de exploração sexual aumenta a conscientização sobre o problema, destacando sua gravidade e impacto na sociedade. Isso sensibiliza a comunidade para a urgência de agir e proteger os mais vulneráveis. Discutir as denúncias é um passo crucial para garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam protegidos e respeitados.

Essa audiência pública será um espaço crucial para compartilhar informações, identificar lacunas, propor soluções para enfrentar esse desafio complexo. É uma oportunidade para a sociedade civil, autoridades governamentais, organizações não governamentais e cidadãos engajados se unirem em um esforço coletivo para proteger os direitos e a dignidade das crianças e adolescentes do Marajó. Juntos, podemos e devemos trabalhar para erradicar a exploração sexual infanto-juvenil e criar um ambiente seguro e saudável para as gerações futuras.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado Messias Donato

REPUBLICANOS/ES

